

## INDUÇÃO E MÉTODO NA FILOSOFIA DE DAVID HUME

SARA ALBIERI

*Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Filosofia,  
Caixa Postal 5235,  
88040-970 Florianópolis, S.C.  
BRASIL*

*sara@cfh.ufsc.br*

A teoria humeana da inferência causal é freqüentemente lida como uma descrição dos procedimentos da investigação científica, dessa forma restrita à indução por simples enumeração. Contudo, o modo pelo qual Hume conduz a investigação em sua proposta de uma ciência do homem aponta para uma concepção mais ampla de ciência. A adesão de Hume ao método experimental de Newton permite a formulação em caráter conjectural daquelas causas gerais mais adequadas para explicar os fenômenos observados. Ademais, tal procedimento é compatível com a aceitação generalizada – embora nem sempre clara – do papel das hipóteses na ciência empírica, na época de Hume.

A parte mais conhecida da teoria humeana da ciência é sua teoria da indução, e esta teoria é geralmente lida como da indução por enumeração simples, isto é, das generalizações feitas a partir da observação de conjunções repetidas dos mesmos fenômenos. No contexto de certos intérpretes, esta leitura costuma atribuir à teoria de Hume uma dupla conotação: ao

mesmo tempo que destaca o caráter precursor, o mérito, aponta para a limitação – a insuficiência em dar conta do método da ciência empírica, cujo paradigma é Newton.

Ayer, por exemplo, tem grande interesse pela obra de Hume, e aponta com clareza para seu papel precursor do positivismo lógico, cuja “postura geral é a mesma de Hume” (Ayer (1959), p. 10). No livro que dedica apenas a Hume, comenta sua crença, compartilhada com Locke, de que o método experimental de Newton poderia ser aplicável às ciências morais. Ayer julga que Locke entendeu do método newtoniano aquilo que escapou a Hume, ou seja, que a dependência que vincula a teoria à observação e à experimentação era apenas indireta. A teoria newtoniana admitia o inobservável, já que o comportamento dos corpos era explicado em termos de suas “partículas mínimas”, que não eram observáveis em si mesmas. Locke aceitava a teoria corpuscularista, por isso tinha grande dificuldade em conciliá-la com sua teoria da origem e extensão de nossas idéias. Já Hume, segundo Ayer, fala de Newton como se seu método fosse o da indução direta da observação. Por exemplo, ele crê que a interpretação humeana da célebre afirmação “Hypotheses non fingo” era de que Newton se abstinha de fazer generalizações que não partissem diretamente de exemplos observados. E não, conforme seria correto, que Newton recusava avançar proposições que não pudessem ser comprovadas experimentalmente (Ayer (1981), pp. 58-9).

Reichenbach apresenta uma leitura semelhante do “newtonianismo” de Locke e Hume. Apenas, é bem mais severo com Locke, que teria se limitado ao princípio da origem empírica de todos os nossos conceitos, mesmo os da matemática e da lógica, mas não teria previsto o caminho inverso, o da validação de todo conhecimento sintético na experiência. Já Hume teria simplesmente tomado como objeto de crítica a teoria

da indução corrente no seu tempo, que ainda era a de Bacon. Mas aceitaria sem crítica que a inferência científica só pudesse assumir a forma de uma indução por enumeração, como no famoso exemplo dos corvos: “todos os corvos observados até agora eram pretos, portanto todos os corvos do mundo são pretos”. Contudo, a forma da inferência indutiva nem sempre é essa na física. A física de Newton, por exemplo, aplica uma teoria dedutiva complicada como instrumento de validação empírica, e não é óbvio que esta teoria possa ser redutível a inferências de forma simples tais como as que podem ser classificadas como indução por enumeração. Assim como Ayer, Reichenbach crê que o aspecto hipotético-dedutivo da teoria de Newton teria escapado a Hume (Reichenbach (1953), pp. 80-5).

Popper enfatiza o “associacionismo” de Hume. Para Popper, Hume partilharia com Locke e Berkeley da errônea teoria de senso comum do conhecimento. Essa teoria supõe que tudo que se encontra na mente, tudo que aprendemos, ali chegou através dos nossos sentidos, e ali se acumula e é digerido. Pouco importa se autores possam variar quanto à existência de conhecimento inato, e em que grau. O importante é que o conhecimento é concebido como consistindo de entidades tais como: idéias, impressões, dados, elementos, átomos de experiência, que nos atingem e penetram, e ocupam um lugar (um “balde”) em nós, onde são absorvidos e *digeridos*. O erro se equipara à má digestão intelectual dos dados: erros de interpretação ou de associação. Toda expectativa se estabelece por associação, e se fortalece pela *repetição*. As expectativas se transformam em crenças. A crença verdadeira é a crença numa associação infalível; a crença errônea é aquela depositada numa associação que não se repetiu infalivelmente. A teoria do conhecimento de Hume, assim entendida, é uma teoria da indução por enumeração (Popper (1972), pp. 62-3).

A crítica de Laudan inicia com o comentário do livro de Hacking, *The Logic of Statistical Inference* (Hacking (1976)), primeiro elogiando o novo tratamento ali dado a vários temas importantes da história da epistemologia. Mas destaca o fato de Hacking ter reforçado o “mito” mais generalizado sobre a indução, a saber: que há um problema unívoco da indução, e que Hume o descobriu. Esta abordagem, além de reforçar a confusão entre temas epistêmicos distintos, camufla a longa preocupação com o problema da validação de teorias antes de Hume. Mas, mais grave que tudo, “confere à discussão de Hume sobre a indução uma importância e significado que dificilmente mereceria historicamente” (Laudan (1981), p. 72). Laudan denuncia que tem estado em moda incluir todos os tipos de inferência não-dedutiva sob o rótulo de “indução”. Na verdade, isto apenas camufla sob um sentido unívoco as diversas acepções de indução entre as quais destaca duas principais:

(a) *O Problema Plebeu da Indução* (que é o de Hume): “Dada uma generalização empírica universal e um certo número de casos positivos dela, em que grau os últimos constituem evidência para a afirmação garantida da primeira”? Aqui, os casos positivos constituem evidência *parcial*, mas *direta* das propriedades unidas pela generalização.

(b) *O Problema Aristocrático da Indução* (ou indução para teorias): “Dada uma teoria e um certo número de casos que a confirmam, em que grau os últimos constituem evidência para a afirmação garantida da primeira”? A evidência para uma afirmação teórica é *indireta*. São instâncias de *confirmação*, não positivas (Laudan (1981), pp. 73-4).

Laudan dá exemplos desses dois tipos. Nos *Principia*, Newton explicou a chamada Lei de Boyle desenvolvendo um modelo que representa os gases como compostos de partículas imperceptíveis, que se repelem mutuamente com uma força

inversamente proporcional à distância entre elas. Esta é a teoria. Dela decorre a afirmação de que a duplicação do volume de um gás reduz sua pressão à metade. Esta afirmação pode ser testada experimentalmente, é observável diretamente, e constitui um caso positivo da lei de Boyle, entendida enquanto generalização empírica do tipo "plebeu". Mas não constitui um caso positivo e direto da teoria de Newton de que as *partículas* gasosas repelem-se mutuamente.

Outro exemplo é o de Descartes, que procurou explicar a astronomia planetária assumindo que todos os planetas são conduzidos ao redor do sol por um vórtice, isto é, um fluido rotativo composto de partículas imperceptíveis. Uma vez que todas as partículas desse vórtice mover-se-iam na mesma direção, disso decorreria que todos os grandes corpos carregados dessa forma mover-se-iam na mesma direção e no mesmo plano aproximado de revolução. Essa decorrência, diretamente observável no movimento dos planetas, pode ser tomada como um caso positivo da generalização plebéia "todos os planetas se movem na mesma direção". Mas não constitui um caso positivo da hipótese cartesiana vorticular, que teoriza sobre a microestrutura da região espacial do sistema solar (Laudan (1981), pp. 73-4).

Os problemas postos pelos dois tipos de indução são portanto significativamente diferentes. O caso plebeu trata de afirmações gerais sobre eventos, objetos ou processos *observáveis*. Assim é a maioria dos exemplos de Hume: como posso inferir que o pão que me nutriu antes ainda o fará amanhã, ou que o fogo que queimou no passado queimará da próxima vez, etc. Hume lida com situações em que temos um certo número de casos positivos da conjugação de duas propriedades observáveis. Já uma afirmação teórica, portanto aristocrática, sobre um determinado estado de coisas observável faz dois tipos de ale-

gação: uma diretamente testável sobre relações observáveis (o caso da expansão dos gases ou do movimento dos planetas) e outra sobre processos microestruturais não diretamente testáveis, porque inacessíveis, *inobserváveis*. É o caso da maioria das teorias científicas bem conhecidas na época de Hume: de Newton, Descartes, Boerhaave, Huygens e Boyle, as quais incluem inúmeras asserções sobre várias entidades inobserváveis, tais como átomos, fluídos sutis, forças imperceptíveis, etc.

A diferença entre os dois tipos de indução fica ainda melhor evidenciada se supusermos as condições em que os dois problemas da indução poderiam encontrar sua solução. Por exemplo, se pudéssemos estabelecer de maneira inequívoca que a natureza é uniforme, teríamos a solução do problema plebeu. Isto porque, na indução plebéia, uma asserção geral nada mais afirma do que a *soma* de todos os seus casos positivos possíveis: se pudermos mostrar que todos os casos positivos de uma generalização são verdadeiros, então a própria generalização é verdadeira. A verificação de uma indução por enumeração simples ocorreria se fosse possível proceder a uma enumeração completa. Mas nenhuma uniformidade da natureza resolveria o problema aristocrático, porque, mesmo nos casos em que dispomos de confirmação, não temos a evidência (observável) de que todas as asserções teóricas sobre um determinado estado de coisas são verdadeiras mesmo para os casos observados. O inobservável poderá ser sempre submetido a confirmação indireta, mas situa-se sempre fora do alcance da evidência conclusiva. Se o resultado da indução por enumeração é uma proposição geral que equivale à soma de todos os seus casos positivos possíveis, na indução aristocrática as proposições dizem mais que o conjunto de seus casos possíveis de confirmação.

Segundo Laudan, o problema plebeu da indução interessou a relativamente poucos pensadores antes de Hume, com

exceção de Bacon. Isto não surpreende, diz Laudan, porque eles certamente acreditavam que a ciência consistia de coisas mais grandiosas do que meras generalizações empíricas. Hume só insiste no caso delas porque sua ignorância da ciência de seu tempo era, segundo Laudan, “sem paralelo”. A atenção que se dá ao problema de Hume só serve para tirar a atenção dos problemas postos pela indução aristocrática, estes sim pertinentes e vigentes. Na verdade, é incompreensível que, tendo a epistemologia plebéia de Hume sido rejeitada por dar um tratamento empobrecido do conhecimento científico, sua formulação do problema da indução possa ter sido preservada como arquetípica.

A crítica de Laudan é dura e minuciosa. Os outros autores que mencionamos apontam limites, mas preservam o mérito. Laudan faz questão de desautorizar qualquer reconhecimento, sequer mantém uma distância respeitosa. Faz questão de enaltecer ou recuperar outros autores, mal lidos ou esquecidos, em detrimento da epistemologia “sensacionalista” de Hume (Laudan (1981), p. 83). De qualquer modo, o que parece fazer problema a todos eles não é propriamente o enunciado humeano do problema da indução, mas a convicção de que a teoria da indução de Hume seja também uma teoria acerca dos métodos e limites da investigação científica. Nesse caso, a teoria de Hume limitaria extremamente a elaboração de teorias postulando entidades inobserváveis, e proibiria completamente o recurso a hipóteses e conjecturas. Breve, tornaria impossível toda a teorização científica sua contemporânea, e certamente inviabilizaria a posterior. Trata-se de esclarecer, portanto, qual é, para Hume, o método da ciência. E já que os críticos fazem a proposta desse método coincidir com a teoria humeana da causalidade, seria oportuno investigar se Hume faz dessa teoria algum emprego metodológico.

A teoria da causalidade permite uma dupla leitura. Por um lado, trata-se de uma descrição dos mecanismos psicológicos da crença causal.

Se tentássemos uma *definição* desse sentimento, nos pareceria talvez uma tarefa muito difícil, se não impossível (...) Crença é a designação própria e verdadeira desse sentimento; e ninguém jamais tem dúvidas quanto ao significado dessa palavra, pois todos os homens, em todos os momentos, têm consciência do sentimento representado por ela. Talvez não seja inoportuno, porém, tentar uma *descrição* desse sentimento. (E 48-9)

Aqui a ciência do homem procede à descrição dos processos psicológicos ligados à cognição. Por outro lado, a teoria da causalidade pode ser lida como a investigação da evidência que fundamenta nossas inferências causais, e que desautoriza para o raciocínio indutivo qualquer justificação racional. Trata-se de uma argumentação de cunho epistemológico, que levanta um problema que à razão se afigura insolúvel, embora Hume ofereça a garantia da natureza humana, para ele muito mais sólida e infalível que os mecanismos limitados de nossos raciocínios. Foi esta face epistemológica do argumento humeano que atraiu a atenção dos críticos e intérpretes, muitas vezes movidos pelo desafio de oferecer ao “problema de Hume” solução que gerasse convicção.

O problema epistemológico da indução põe certamente o problema da justificação do conhecimento, mas não para Hume, que o considerou plenamente explicado pelos princípios da natureza humana. A teoria da causalidade visa apenas dar conta do mecanismo básico de nossas inferências causais. Não se constitui como instrumento metodológico que possa fornecer critérios à ciência para avançar com segurança suas hipóteses. Em outras palavras, Hume não faz dele um uso nor-



mativo, a desconstruir, por assim dizer, as teorias acerca dos fenômenos naturais ou morais tentando recuperar o tecido de inferências causais básicas em que assentariam, para conferir se estariam de acordo com o modelo humeano de causalidade. Muito menos procede ele, enquanto cientista da natureza humana, pela via restrita das induções por enumeração simples que lhe atribuem os críticos. Ao contrário, o exame atento dessa ciência da natureza humana que era propósito de Hume erigir, e seus desdobramentos em teoria política, teoria econômica, textos de história, é pródigo em instâncias do método que Hume desde o *Tratado* denomina experimental, pretende ser o mesmo de Newton, e que poderia perfeitamente coincidir com o método aristocrático que Laudan advoga.

O propósito do *Tratado*, declarado já no subtítulo, é de constituir uma “tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais”. Hume ambicionava tornar-se, nas palavras de Passmore, “o Newton das ciências morais” (Passmore (1952), p. 43) Expressão idêntica é encontrada em Flew ((1961), p. 94). O método experimental é definido por Newton como sendo o de *análise e síntese*. “... esta análise consiste em fazer experimentos e observações, e em tirar conclusões gerais deles por indução; ... e a síntese consiste em assumir as causas descobertas e estabelecidas como princípios, e por elas explicar os fenômenos que procedem delas, e provar as explicações” (Newton (1952), p. 543). É importante notar, no entanto, que não é este procedimento em si que distingue o newtonianismo, uma vez que é possível recuperar a história de seu emprego desde a antiguidade. Na verdade, como bem observa Noxon, a novidade, que remonta ao tempo de Galileu, não é a experimentação, propriamente, mas a *matematização* desse procedimento. Assim, a etapa de análise chegava a uma afirmação matemática simples acerca das relações entre carac-

terísticas quantificáveis dos fenômenos, por exemplo, a lei da queda dos corpos por aceleração uniforme  $S = v.t/2$ . A etapa de síntese, procedia a deduções de tipo geométrico das consequências das leis, montando experimentos para verificar sua ocorrência. Na interpretação de Noxon, tratava-se de analisar a realidade empírica desordenada em modelos ideais radicalmente simplificados, cujo funcionamento básico fosse expressível matematicamente.

Não é pela novidade de seu método, mas pelo sucesso de sua aplicação que Newton se torna conhecido. E Hume, quando se refere a método experimental, remonta a esse emprego mais generalizado. Para isso, nem era preciso que Hume tivesse acesso às teorias científicas de seu tempo, em toda a sua matematização. Era conhecimento corrente dos filósofos que o fato mais relevante de sua época era a transformação por que passava a visão que os homens tinham do universo físico, a partir das realizações da ciência empírica. Desde Roger Bacon a questão do método científico era discutida; diz Noxon que todos os filósofos “estavam obcecados com a questão do método científico, com a articulação de seus princípios, promovendo seu uso, questionando seu escopo e validade, sondando seus fundamentos lógicos, psicológicos e ontológicos” (Noxon (1973), pp. 30-1). Esta interpretação é mais plausível do que a suposição de Laudan de que Hume ignorava completamente a ciência de seu tempo. Ele não necessitava compreender essa ciência no detalhe de sua aplicabilidade matemática para conhecer os traços gerais de seu método, nesta altura já um saber comum. Além disso, empregar o método experimental nas ciências do homem não envolvia qualquer matematização, por isso só os caminhos gerais desse método eram guardados.

Poder-se-ia certamente alegar que a falta de matematização descaracterizaria o método. Nosso propósito aqui, porém,

não é enveredar por essa discussão. Queremos apenas apontar para a natureza do método experimental que Hume propõe-se a empregar desde o início de seu projeto, para defender que é esse o procedimento que pode ser encontrado em qualquer parte construtiva de sua ciência – política, economia, história – e não um uso obscuro ou vago de sua teoria da causalidade, que de fato não tem valor metodológico para a constituição de qualquer teoria. Mostrar que este método experimental de Hume seria menos newtoniano devido à ausência de matemática, terá interesse para a história das idéias ou da ciência, mas pouca valia terá para a compreensão do texto de Hume.

Vários intérpretes mencionaram o newtonianismo de Hume, mas este raramente é explicitado. Em geral, os comentadores o localizam em sua teoria da associação de idéias – o modo como os “átomos” da percepção se atraem segundo alguns princípios gerais. Assim Passmore se refere ao associacionismo de Hume como aquela “ousada” teoria da mente comparável à teoria da atração de Newton. E Flew fala do desenvolvimento de uma “mecânica mental, na qual idéias e impressões faziam o papel de átomos rijos, maciços e impenetráveis, enquanto que os vários princípios de associação serviam como forças fundamentais” (Flew (1961), p. 94). Mesmo N. Capaldi, que dedica um livro ao newtonianismo como principal chave de interpretação da filosofia de Hume, não escapa a essa interpretação. Ele confirma as duas fases – de análise e síntese – do método experimental que expusémos acima, mas procura mostrar a aplicação humeana disso à atração entre as idéias (Capaldi (1975), pp. 64-70).

De fato, a busca por princípios explicativos mais gerais tem para Hume um caráter conjectural. Ele estabelece desde o início que uma “análise exata” dos poderes e capacidades do entendimento humano mostra “que ele não se ajusta de modo

algum a assuntos tão abstrusos e remotos”, (*E* 12) como o gênero de investigação empreendido até aí por um tipo de filosofia, que ele chama de “abstrusa”. É preciso portanto distinguir essas causas encontradas pela investigação experimental daquelas avançadas pelo tipo de raciocínio metafísico que ele critica. Estas devem ser afastadas como fruto de “raciocínios meramente hipotéticos”, porque distantes de alguma origem ou aplicação empírica. (*E* 3; *T* 83) São estas as hipóteses que pretendem descobrir as “qualidades últimas e originais da natureza humana”, e por isso devem ser rejeitadas como “presunçosas e quiméricas”, (*T* xvii) de início aceitas, de resto, “apenas por serem plausíveis e agradáveis”, fruto de uma “imaginação cálida”. (*T* 272)

No entanto, os princípios por ele encontrados não são menos hipotéticos. O princípio do Hábito é designado como a única hipótese que resolve a dificuldade posta pela inferência causal<sup>1</sup>. No livro sobre as paixões, Hume avança um “sistema” que explicaria a produção das paixões de orgulho e humildade, amor e ódio, através da dupla associação de impressões e idéias, e propõe seis experimentos para confirmá-lo: “Este raciocínio eu formo em conformidade com minha hipótese; e estou satisfeito de descobrir pelo teste que tudo responde exatamente à minha expectativa”. (*T* 338)

A história das idéias parece dar conta desse emprego ambíguo do termo “hipótese”. Duncan Forbes, reforçando o argumento da presença de hipóteses na filosofia de Hume, lembra que o termo “hipótese” tinha “significados diferentes no uso do século XVIII”, de modo que é possível encontrar “o mesmo

---

<sup>1</sup> O estatuto hipotético do princípio do Hábito foi defendido por J.P. Monteiro no artigo “Indução e Hipótese na Filosofia de Hume” (Monteiro (1978)).

pensador desdenhando e contudo usando hipóteses no mesmo momento”. Hume faz isso, “como qualquer leitor do *Tra-tado* e das *Investigações* não pode deixar de notar” (Forbes (1975), p. 61). E Noxon observa que, no caso de Hume como no de Newton, o que de fato se passa é que deixam de distinguir explicitamente entre hipóteses especulativas, sem fundamento, e hipóteses operatórias, verificáveis, sugerindo que esses dois sentidos ficam claros no emprego que faz Hume do termo “hipótese” ao longo dos textos.

A rejeição de hipóteses refere-se apenas àquelas que pretendem avançar, pela especulação, além das causas e princípios gerais que a ciência pode estabelecer. “Elasticidade, gravidade, coesão de partes, comunicação de movimento por impulso – são essas, provavelmente, todas as primeiras causas e princípios que nos será dado descobrir na natureza; e podemos considerar-nos suficientemente felizes se, por uma acurada investigação e raciocínio, conseguirmos reportar os fenômenos particulares a esses princípios gerais, ou pelo menos aproximá-los deles”. A cautela, a sagacidade, o método, são justamente os remédios que impedem a ação desta “imaginação cá-lida” que fabrica as más hipóteses. Estas se constituem enquanto “causas” das causas gerais descobertas pela investigação científica, um terreno sobre o qual não encontraremos qualquer explicação “que nos convença plenamente”. “Estas origens e princípios primeiros são completamente fechados à curiosidade e à investigação humanas” (E 30).

A ciência avança hipóteses para explicar por uma causa mais geral fenômenos conhecidos apenas enquanto efeitos. É justamente esta argumentação que parte da experiência para supor que sua aparente diversidade pode ser reduzida a um princípio explicativo comum. Estas causas são portanto, secretas ou desconhecidas, por isso sua explicação teórica só pode

ser hipotética. A evidência experimental que temos delas é apenas indireta. Hume tem clareza quanto a isso quando propõe para sua filosofia “descobrir, pelo menos em parte, as molas e princípios secretos pelos quais é atuada a mente humana em suas operações”. Estas causas são ocultas, secretas, mas não causas últimas ou finais. Por exemplo, que significa atribuir à matéria o princípio da inércia? A experiência nos informa que corpos em repouso ou em movimento continuam em seu estado até a intervenção de uma nova causa que altere esse estado. “Quando chamamos a isso *vis inertiae* não fazemos mais do que rotular tais fatos, sem pretendermos fazer qualquer idéia da força de inércia; e, do mesmo modo, quando falamos em gravidade referimo-nos a certos efeitos, sem abranger esse poder ativo”. Não que os grandes teóricos da ciência deixassem de avançar causas segundas, princípios metafísicos a apoiar suas causas gerais hipotéticas. Assim, Newton “recorreria a um fluido etéreo ativo para explicar a sua atração universal”, e Descartes “insinuou essa doutrina da eficácia universal e única da Divindade”. Mas tinham o cuidado de não insistir nelas, ou reconhecer “que se tratava de mera hipótese, sobre a qual não se devia insistir sem mais experimentos” (E 73n).

Na breve referência que faz a Newton e Boyle na *História da Inglaterra*, Hume confirma essa interpretação. No elogio a Boyle, Hume destaca a hidrostática, que contém “maior mistura de raciocínio e invenção com experimento do que qualquer outra de suas obras”. Mas ressalva que seu raciocínio está “distante daquela ousadia e temeridade que tirou do bom caminho tantos filósofos”. É partidário da filosofia mecânica, a qual “pela descoberta de alguns segredos da natureza, e permitindo-nos imaginar o resto, é tão agradável à vaidade e curiosidade dos homens”. Quanto a Newton, “esta ilha pode vangloriar-se de ter produzido o maior e mais raro gênio que já surgiu

para o ornamento e instrução da espécie”. Além da virtude da modéstia, e de preocupar-se mais com o estudo do que com a fama, era “cuidadoso em admitir apenas os princípios que fossem fundados em experimento”. Mas sabia ser preciso marcar limites à investigação. “Enquanto Newton parecia descobrir o véu de alguns mistérios da natureza, mostrou ao mesmo tempo as imperfeições da filosofia mecânica; e desse modo restaurou seus segredos últimos àquela obscuridade em que sempre estiveram e para sempre permanecerão” (*H*, Lxxi, 541-2). Foram os seguidores desses pensadores que por vezes tomaram tais princípios como fundamento de toda sua filosofia. Curioso, por exemplo é que na Inglaterra a hipótese cartesiana da eficácia universal da Divindade não tenha tido qualquer repercussão, mas que Locke, Clarke e Cudworth “nossos metafísicos modernos”, “supõem sempre que a matéria tem um poder real, se bem que subordinado e derivado” (*E* 73n). Uma declaração humeana de que a idéia de “poder” ligada à matéria não é uma *boa* hipótese explicativa para os fenômenos causais, mas uma *mera* hipótese, o que ele procura mostrar na discussão que ali faz da idéia de conexão necessária.

Se Laudan tem razão em supor o método hipotético mais antigo e generalizado do que parece, Hume certamente não é a desonrosa e plebéia exceção nesse elenco aristocrático. O newtonianismo de Hume não só garante o papel das hipóteses, como redefine todo o papel do indutivismo em sua teoria da ciência. Ao reivindicar o método experimental, Hume faz uma declaração não a favor da mera indução plebéia, ou do ater-se à observabilidade dos fenômenos. Ele reafirma o método da análise-síntese, que trata a experiência enquanto exame dos fenômenos observados, formulação de hipóteses sobre causas prováveis desses fenômenos, e teste do poder explicativo dessas hipóteses para todos os fenômenos dessa ordem.

Sobre a natureza experimental de seu método e suas etapas, Hume não poderia ser mais explícito. Na Seção VIII da primeira *Investigação*, quando se refere às condições de experimentação que enfrenta a construção da ciência do homem, atesta: “Graças à sua guia (da experiência) ascendemos ao conhecimento das inclinações e motivos dos homens, observando-lhes as ações, expressões ou mesmo gestos; e desse conhecimento dos motivos e inclinações tornamos a descer para a interpretação de seus atos” (*E* 84-5). Nosso conhecimento dos fenômenos morais, como dos naturais, deve partir dos dados isolados da experiência até a inferência dos princípios que os governam, e retornar à experiência dos fenômenos para explicá-los segundo esses mesmos princípios. Este é o duplo caminho que percorre a ciência, ou, guardando para a palavra a sua etimologia, o seu método.

**Abstract:** *Hume's theory of causal inference is frequently read as a description of the procedures of scientific enquiry, thus restricted to induction by simple enumeration. However, a close look at Hume's own way of enquiring throughout his science of man points to a much broader approach. Hume's alleged commitment to Newton's experimental method gives room for the conjectural search for those general causes most adequate to explain observed phenomena. Furthermore, such a procedure is compatible with the widespread – though somehow unclear – acceptance of the role of hypotheses in empirical science in Hume's time.*

## **BIBLIOGRAFIA**

AYER, A.J. (1981). *Hume*. (Lisboa, Dom Quixote).

———. (ed.) (1959). *Logical Positivism*. (New York, Free Press).



- CAPALDI, N. (1975). *David Hume: The Newtonian Philosopher*. (Boston, Twayne).
- FLEW, A. (1961). *Hume's Philosophy of Belief*. (London, Routledge & Kegan Paul).
- FORBES, D. (1975). *Hume's Philosophical Politics*. (Cambridge, Cambridge University Press).
- HACKING, I. (1976). *The Logic of Statistical Inference*. (Cambridge, Cambridge University Press).
- LAUDAN, L. (1981). *Science and Hypothesis: Historical Essays on Scientific Methodology*. (Boston, D. Reidel).
- MONTEIRO, J.P. (1978). "Indução e Hipótese na Filosofia de Hume". *Manuscrito* I(2), Abril.
- NEWTON, I. (1952). *Opticks*. (Chicago, The University of Chicago Press).
- NOXON, J. (1973). *Hume's Philosophical Development*. (Oxford, Clarendon Press).
- PASSMORE, J.A. (1952). *Hume's Intentions*. (Cambridge, Cambridge University Press).
- POPPER, K. (1972). *Objective Knowledge*. (Oxford, Oxford University Press).
- REICHENBACH, H. (1953). *The Rise of Scientific Philosophy*. (Berkeley, Los Angeles, University of California Press).